

CLASSES SUBALTERNAS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: UM PROGRAMA DE PESQUISA INTERNACIONAL E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL^{1,2}

Vincent Dubois³

1 INTRODUÇÃO

Daniel Blake é um viúvo de 59 anos que trabalhava como carpinteiro. Após ter um infarto, ele precisa interromper suas atividades, mas é declarado apto a trabalhar pela perícia. Consequentemente, não tem direito a uma pensão por invalidez e precisa se candidatar a empregos que não pode aceitar, pois aguarda o processo de concessão do seguro-desemprego. A degradação simbólica soma-se então às dificuldades materiais: a vergonha de não ser mais um trabalhador ativo, o não reconhecimento de sua doença, a humilhação de ser visto como um preguiçoso. A obrigatoriedade de conduzir as etapas iniciais de solicitação dos benefícios *online* dificulta ainda mais a sua experiência com a burocracia. Apesar do desânimo, no entanto, e graças às relações de apoio mútuo com os outros que também ficaram para trás, ele não desiste. Ele recorre da decisão do médico perito e dos encaminhamentos da agência de emprego e se impõe pichando seu nome e o motivo do recurso na fachada do prédio. Ele finalmente ganha seu caso, embora tarde demais para evitar o trágico final resultante de meses de pressão burocrática e social.

Sociologicamente falando, Daniel Blake é um membro das classes subalternas, definidas segundo o referencial proposto por Bourdieu (2007) como o grupo dominado do espaço social, ocupando posições subalternas na divisão do trabalho e possuindo baixos níveis de capital econômico e cultural. O filme de Ken Loach (*I, Daniel Blake*, de 2016) – misto de ficção e gesto de protesto artístico – apresenta as questões iniciais que motivam o desenvolvimento deste programa de pesquisa: como as instituições reformadas na era neoliberal impactam tanto as condições materiais de vida quanto o *status* simbólico de pessoas com problemas socioeconômicos? Como essas pessoas lidam com as instituições, navegam por elas e as avaliam?

O programa de pesquisa Classes Subalternas e Instituições Públicas (Lower Classes and Public Institutions – Loci) expande essas questões por meio de uma abordagem sociológica qualitativa, partindo do ponto de vista dos membros das classes subalternas. O programa Loci propõe uma abordagem centrada nas pessoas (*people-centered approach*), destinada a comparar, em vários cenários nacionais, transformados pela virada neoliberal, os diversos e mutáveis papéis que as instituições públicas desempenham na vida dos membros das classes subalternas e na reestruturação dessas classes como um grupo social.

Desde a década de 1980, grandes dificuldades sociais e econômicas – que assumiram formas e intensidades específicas em cada país ou momento – afetaram não apenas as sociedades europeias (Immerfall e Therborn, 2010), mas, também, aquelas em desenvolvimento. As classes subalternas

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi35art1>

2. Texto originalmente publicado como *Lower Classes and Public Institutions: a research program*, traduzido, editado e complementado (seção final sobre aplicações no Brasil) por Roberto Pires. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/342277128_Lower_Classes_and_Public_Institutions_A_research_program>.

3. Professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade de Estrasburgo, na França.

estão particularmente expostas a essas dificuldades. O desemprego, o subemprego, a pobreza e a precariedade ressurgiram em níveis preocupantes. No contexto europeu, por exemplo, membros das classes subalternas têm, respectivamente, duas a cinco vezes mais chance de estar desempregados do que os membros das classes média e alta (Hugrée, Penissat e Spire, 2017). Problemas financeiros ou relacionados à falta de emprego decente têm efeitos diretos nas condições de bem-estar e em todas as dimensões da vida social, desde a habitação à educação e saúde, associando-se a problemas relacionados com a paternidade, rendimento escolar ou criminalidade, por exemplo. Mais uma vez, os membros das classes subalternas são os mais criticamente expostos a tais riscos.

Simultaneamente, essas sociedades também se engajaram na redefinição ou retração de suas políticas públicas, a partir do que é geralmente reconhecido como a virada neoliberal (Saad-Filho e Johnston, 2005). Embora essa mudança tenha assumido formas e intensidades diversas em cada país ou momento do tempo, trata-se de uma tendência amplamente compartilhada em nível global. Resultou em pressões fiscais, novos modos de governança na relação público-privado, reformas administrativas associadas ao movimento da nova gestão pública e orientadas para uma maior eficiência na prestação de serviços, além de maior responsabilização e controle tanto sobre os agentes quanto sobre o público. Longe de uma simples retirada do Estado, o neoliberalismo redefiniu suas funções e modos de intervenção, reforçando a disciplina e a coerção sobre grupos subalternos, como os mais pobres e os migrantes.⁴

Tais reformas e paulatina retração das políticas públicas de bem-estar social tornaram mais difícil o atendimento às demandas e às necessidades crescentes da população. Individualização, contratualização e sanções resultaram no aumento das exigências impostas aos cidadãos nos encontros com instituições provedoras de serviços (Dubois, 2019; Ervik, Kildal e Nilssen, 2016). A reforma administrativa, incluindo a desmaterialização associada aos processos de digitalização dos serviços governamentais, vem tendo um impacto significativo nas relações com o público, como o filme *Eu, Daniel Blake*, fortemente ilustrou. Essa situação tem sido especialmente intensa para as classes subalternas, que são mais dependentes financeiramente do apoio público e mais sujeitas à supervisão institucional em vários aspectos de suas vidas, como moradia ou família.

O programa de pesquisa Loci questiona as modalidades e implicações do entrelaçamento dessas duas séries de transformações macrosociais: por um lado, o aumento das dificuldades sociais e econômicas experimentadas por uma porção crescente da população; por outro lado, a retração, se não o desmonte, de políticas públicas e serviços que deveriam garantir direitos ou prover proteções. O programa pretende analisar como essas mudanças se interseccionam concretamente, examinando as relações social e espacialmente localizadas (e por isso também *loci*)⁵ entre as classes subalternas e as instituições com as quais estão diretamente relacionadas.

2 DEBATES NA LITERATURA

Grande parte da literatura existente sobre as relações entre cidadãos e serviços públicos examina as burocracias implementadoras e o trabalho de seus agentes. Uma das principais correntes de pesquisa neste domínio é a análise da burocracia do nível da rua (Hupe, 2019; Lipsky, 1980). Ainda que o foco nas relações entre cidadãos e agentes públicos nas linhas de frente dos serviços seja fundamental,

4. Sobre o caso norte-americano, consultar Wacquant (2009).

5. Plural de *locus*, que, em latim, significa lugar ou posição.

a literatura existente privilegiou o ponto de vista das organizações e dos seus profissionais. Em outras palavras, os estudos sobre burocracia do nível de rua, assim como a pesquisa socioantropológica sobre o mesmo tema (Fassin, 2015), nos ensinou mais sobre como as decisões são tomadas pelos agentes públicos do que sobre o seu impacto na experiência das pessoas; nos revelou mais sobre as formas de exercício do poder e da discricionariedade do que sobre as formas como as pessoas lidam com isso, seja obedecendo ou contestando; evidenciou mais claramente como os critérios são usados e como as situações são oficialmente definidas do que as implicações dessas práticas para os sujeitos atendidos. O programa de pesquisa Loci busca, portanto, complementar a literatura existente focando no segundo termo de cada uma dessas alternativas.

Em muitos outros casos em que pesquisas buscam atentar para as experiências dos cidadãos, geralmente se concentram no impacto de uma reforma específica ou em um recorte da população definido por um setor de políticas (por exemplo, estudantes, paciente, contribuinte). Estudiosos que trabalham em comunidades e grupos sociais específicos passaram a avaliar criticamente os impactos em suas condições de vida produzidos pelas reformas nas políticas sociais no final da década de 1990 (Hays, 2002; Morgen e Maskovsky, 2003). Diversos outros estudos identificaram grupos com base em um dos tipos de serviços prestados por uma organização específica (mães solteiras, desempregados de longa duração, requerentes de asilo, pensionistas, adolescentes em conflito com a lei) e, portanto, os consideraram sob o ângulo de um único aspecto de sua vida social e *status* (Gallie e Paugam, 2000; Sugita e Kase, 2006; Biehl e Petryna, 2013).

O programa de pesquisa Loci se distingue dessas iniciativas por buscar definir a população a ser observada com base em critérios sociológicos, em termos da sua posição no espaço social, e não em relações predefinidas com as instituições. Trata-se de passo crucial para evitar a reprodução de categorias oficiais, que reduzem os indivíduos a um *status* institucional, segmentando dimensões de suas vidas que são experimentadas por eles como um todo. Isso nos permite uma visão abrangente do papel desempenhado por várias instituições em situações e trajetórias de vida, além de abrir a possibilidade de percebermos que disposições e habilidades são transferíveis de uma instituição para outra nos percursos que fazem os sujeitos em busca de apoio estatal.

O Loci é, portanto, um programa de pesquisa inovador em relação a seu objeto (a relação das classes subalternas com as instituições) e em sua perspectiva comparativa. É também inovador no seu quadro analítico, que propõe uma dupla mudança de perspectiva: i) deslocar a análise das relações entre as instituições e os seus públicos das organizações, regras e práticas profissionais para uma abordagem centrada nas pessoas; e ii) considerar os indivíduos em suas relações com as instituições não apenas como seus clientes, mas como agentes sociais definidos por suas características sociais e considerados na totalidade de sua vida e trajetória.

3 DEFINIÇÕES CENTRAIS E ENQUADRAMENTO ANALÍTICO

Os dois conceitos centrais da abordagem proposta – classes subalternas e instituições – requerem esclarecimentos. O conceito de classes subalternas de Bourdieu (2007) implica uma abordagem relacional, em vez de substancial, o que é particularmente útil para pesquisa comparativa (Hugrée, Penissat e Spire, 2017). Também permite uma perspectiva mais abrangente, incluindo um conjunto de distinções complementares como gênero, raça, etnia, nacionais/estrangeiros ou rural/urbano, por exemplo, em comparação com categorizações generalizantes, como os pobres urbanos ou os despossuídos.

Dois critérios principais distinguem as classes subalternas das demais classes: o socioeconômico (posição subalterna na divisão do trabalho, baixo capital econômico, renda abaixo do nível mediano); e o cultural (baixo nível de escolaridade, estilo de vida específico e gostos culturais distantes dos legítimos e socialmente prestigiados). Por exemplo, na União Europeia, a combinação desses critérios permite identificar um conjunto de posições sociais que representa 43% da população em idade ativa (Hugrée, Penissat e Spire, 2017). Embora sociologicamente coerente, esse conjunto está longe de ser totalmente homogêneo e é dividido em três subconjuntos. A fração estabelecida é composta por operários fabris de baixo escalão, balconistas, autônomos e agricultores, que desfrutam de empregos (relativamente) estáveis, dos quais obtêm a maior parte de sua renda. A fração precária está permanentemente desempregada. Seus membros dependem principalmente de benefícios sociais ou da economia informal. Os membros da fração intermediária, por fim, são “trabalhadores pobres” ou alternam entre várias formas de emprego, subemprego e desemprego.

Embora os serviços públicos estejam no centro deste projeto, preferimos nos referir à noção mais ampla de instituições. Uma instituição pode ser definida como uma organização que: i) é uma construção sócio-histórica que delinea um conjunto de normas e regras preexistentes que restringem os indivíduos; ii) engloba uma série de papéis sociais que a corporificam e concretizam; iii) está investida de uma forma de autoridade que legitima a distribuição diferenciada de serviços e bens entre a população, envolvendo o reconhecimento oficial e a atribuição de *status* sociais, assim como o exercício da coerção; e iv) baseia-se em e veicula símbolos e sistemas de pensamento.

Essa abordagem combina as contribuições variadas, mas ainda assim compatíveis, do construtivismo social (Berger e Luckmann, 1990), do interacionismo (Goffman, 1961), dos estudos neodurkheimianos (Douglas, 1986) e da obra de Bourdieu (1990; 2014), conforme exposto por Lagroye e Offerlé (2011) e aplicado em pesquisas anteriores (Dubois, 2010). Consideramos, assim, instituições como os *loci* de relações entre os cidadãos e o sistema macrossocial, na sua forma mais concreta, ou como bem definiram Hallett e Ventresca (2006), como “instituições habitadas”. Entre outras vantagens, esta definição mais aberta e de caráter sociológico permite não impor distinções que não façam sentido para o público, além de facilitar a comparação ao evitar tomar as configurações institucionais nacionais como ponto de partida.

A partir dessas definições, o programa Loci propõe pensarmos a relação com as instituições a partir de dois níveis, divididos em duas questões cada: i) no nível material, o que os indivíduos fazem com e a partir das instituições (tipos de práticas, formas de *know-how*, comportamentos), e o que as instituições fazem com os indivíduos (os efeitos de confronto com instituições sobre trajetórias pessoais e condições de vida); e ii) no nível simbólico, como os indivíduos veem as instituições, abordam, avaliam e atribuem valores, e como as instituições moldam as visões dos indivíduos sobre si mesmos e sobre o mundo social (o impacto da experiência institucional na definição de seu *status* social pessoal, sua visão de outros grupos, seus valores e sentimentos de justiça).

Essa abordagem se baseia na noção de *habitus* (Bourdieu, 1990), que permite combinar o nível individual com o nível macro das estruturas sociais, internalizado pelos indivíduos e realizado (externalizado) por meio de suas práticas. O *habitus* construído durante a socialização primária carrega modos de ser e pensar que orientam as relações com as instituições, como quando uma origem familiar na classe trabalhadora estabelecida pode predispor ao legalismo e ao respeito, ou quando uma trajetória migratória pode importar padrões de práticas do país de origem. Em contrapartida, os

indivíduos também adquirem modos de se comportar e se ver no decorrer de suas experiências com as instituições. Essas experiências moldam as disposições em relação às instituições (por exemplo, confiança ou desconfiança, gratidão ou ressentimento). De maneira mais ampla, elas transmitem uma ampla gama de normas comportamentais em questões que vão desde a pontualidade até as formas de paternidade.

As instituições atribuem *status* e fornecem identidades sociais que podem ser internalizadas como autodefinições pelos próprios indivíduos. Uma vez que essas identidades também são construídas coletivamente em relação a outros, argumentamos que as experiências institucionais fornecem ocasiões para moldar um sentimento de pertencimento a um grupo e visões a respeito de outros em um contínuo trabalho de construção de fronteiras (*boundary work*) sociais e simbólicas (Lamont, 2000). Nesse ponto, vale lembrar como as reformas das políticas de bem-estar social (*à la workfare*) contribuíram para reforçar as distinções no interior das classes subalternas, entre os que trabalham e os que não trabalham, os que merecem apoio público e os “aproveitadores”, os que cumprem as regras e os que abusam do sistema.

Importante considerar que as experiências institucionais também têm implicações políticas. Elas conduzem a *policy feedbacks*, ou seja, julgamentos sobre as políticas públicas baseados em como são percebidas na experiência concreta e que passam a impactar as preferências e práticas políticas (Mettler e Soss, 2004). É possível postularmos que as reformas neoliberais associadas à redução do acesso a bens e serviços públicos e aos sentimentos de abandono e injustiça por parte das classes subalternas fazem parte das razões para o distanciamento dessas classes do sistema político, evidenciado pelas altas taxas de abstenção eleitoral (Armingeon e Schädel, 2015) e pela emergência de movimentos sociais populistas como os “coletes amarelos” na França, além da eleição de líderes populistas em vários países europeus (Norris, 2005) e nas demais regiões do mundo.

Esse quadro analítico é inspirado na sociologia da dominação conforme concebida por Weber (2000) e retrabalhada por Bourdieu (2014). Nessa perspectiva, a legitimidade é central, pois a dominação requer a aceitação daqueles que se submetem a ela. Pelo menos tacitamente, esse é o caso quando as pessoas recorrem às instituições para resolver seus problemas e acatam aquilo que elas definem em termos de enquadramentos e encaminhamentos. Por isso, dominação não envolve apenas coerção, mas também a manutenção da ordem social e simbólica e sua justificação. Da mesma forma, desta vez seguindo a tradição durkheimiana, consideramos as instituições sob seus aspectos duais inseparáveis de restrição e suporte (Durkheim, 2004). O sistema escolar, a polícia e o disciplinamento a partir das políticas sociais estigmatizam e punem, ao mesmo tempo que protegem, cuidam e empoderam.

Finalmente, no que diz respeito às classes subalternas como categorias dominadas, estabelecemos igual distância tanto em relação ao miserabilismo quanto ao populismo (Grignon e Passeron, 2015). O miserabilismo levaria a uma visão negativa dos membros dessas classes como privados de quaisquer recursos, habilidades e táticas, submetendo-se passivamente às injunções institucionais. Pelo contrário, este programa de pesquisa estimula a identificação das formas por meio das quais esses sujeitos obtêm apoio e adquirem conhecimentos práticos e constroem estratégias para alcançar seus próprios objetivos, ainda que em relações bastante assimétricas com as instituições (Dubois, 2010). Um olhar atento às “formas mesquinhas de trapaça” (Hoggart, 1957, p. 75) e às “artes da resistência” (Scott, 1990) permite, nesse sentido, um bom antídoto para o miserabilismo. Encontros com a polícia, solicitações

de benefícios assistenciais, pedidos para um representante eleito são ocasiões em que opera o que Scott (1990) chamou transcrições ocultas (*hidden transcripts*), referindo-se às formas de resistência infrapolítica que não são explicitamente formuladas como tal em público e que consistem em simular uma falsa adesão às normas dominantes, jogando com as regras, ocultando informações, ou espalhando fofocas. Esquecer que essas formas de resistência acontecem nas relações de poder, ainda que sem alterar seu caráter estruturalmente desigual, pode nos conduzir a uma forma de populismo, no sentido da exaltação romantizante das virtudes e da liberdade dos dominados (Tilly, 1991). Em vez de estar de um lado ou de outro, a relação das classes subalternas com as instituições se desenrola em uma zona cinzenta entre a conformidade e a contestação, entre a submissão e a rebelião.

4 POTENCIAIS DIÁLOGOS E CONTRIBUIÇÕES

O programa de pesquisa Loci foi concebido como uma contribuição potencial para vários campos e debates atuais nas ciências sociais. Em primeiro lugar, trará conhecimento comparativo inovador nos três domínios com os quais se relaciona mais diretamente: a sociologia das classes subalternas, vista a partir de trajetórias e experiências individuais; a sociologia das instituições, numa abordagem complementar à tradição neoinstitucionalista norte-americana (Powell e DiMaggio, 1991; Skocpol, Evans e Rueschemeyer, 1985); e a abordagem sociológica das políticas públicas e, mais precisamente, o que chamo de etnografia crítica de políticas públicas, que questiona as visões dominantes e oficiais ao observar como as políticas são concretamente produzidas e vivenciadas no dia a dia (Dubois, 2009; 2014; 2015).

Em segundo lugar, iluminará reflexões sobre uma ampla gama de questões que estão em jogo ou são reveladas por relacionamentos institucionais. Um exemplo disso é a dimensão espacial do acesso e do uso das instituições (Warf, 2017). A localização espacial das instituições pode ter um impacto nas práticas e representações dos indivíduos. Inspirado na geografia da rede de segurança de Allard (2009), o Loci se propõe a revelar como a localização dos serviços afeta a capacidade de acessá-los e usá-los. Além disso, atenção é devida às implicações simbólicas da localização espacial, como quando o afastamento das instituições, tal como experimentado por pessoas que vivem em áreas rurais ou periferias urbanas, promove um sentimento de abandono pelas autoridades. O Loci estimula, assim, a comparação das condições espaciais do relacionamento com as instituições e a análise dos efeitos dessas condições nesse relacionamento. Essa questão adquire ainda maior urgência ante a crescente tendência à desmaterialização do acesso aos serviços públicos, que está a transformar a dimensão espacial dessas relações (Pollitt, 2012).

Considerar as relações com as instituições como racializadas e gendradas é uma forma de articular as inquietações que movem o programa de pesquisa com questões centrais nos debates contemporâneos sobre raça e gênero. A divisão de gênero do trabalho doméstico coloca uma carga maior sobre as mulheres, especialmente nas classes subalternas (Siblot, 2006). Há também uma distribuição setorial das relações com as instituições de acordo com os papéis de gênero, com as mulheres tendendo a lidar com serviços relacionados à infância e educação, e os homens gerenciando questões e serviços financeiros. Além do caso do bem-estar e do debate envolvendo subordinação ou emancipação no qual se concentra a maior parte da literatura (Orloff, 1996; Serre, 2017), abordar essas questões em relação à classe e raça, além do gênero, contribuirá para nossa compreensão de como as instituições reproduzem ou reformulam as relações raciais e de gênero entre as classes subordinadas, de acordo com os modelos sociais veiculados pelas instituições nacionais.

O último ponto no conjunto de questões complementares levantadas pelo programa de pesquisa Loci diz respeito às experiências institucionais específicas dos migrantes (Fassin, 2005; Koning, 2018). Em primeiro lugar, os migrantes passaram por instituições em seu país de origem e, portanto, provavelmente importaram seu *habitus* institucional primário quando chegaram ao novo país de residência. Em segundo lugar, as trajetórias dos migrantes consistem, em grande medida, em uma sucessão de experiências e *status* institucionais: solicitar um visto ou asilo, com sucesso ou não, temer controles policiais, esperar em campos de refugiados e centros de detenção, tomar medidas para encontrar moradia, emprego, escola, acesso a cuidados de saúde etc. A forma como essas etapas e enfrentamentos ocorrem moldam seu *habitus* institucional secundário. Confiança e gratidão ou medo, ressentimento e desobediência podem resultar dessas experiências. É neste contexto que se aborda a controversa questão do racismo institucional (Phillips, 2011), analisando as práticas discriminatórias tal como são vividas, identificadas e descritas pelos indivíduos a elas expostos e, de forma mais geral, contribuindo para a sociologia das trajetórias de migração explorando sua dimensão institucional. Os migrantes são ilustrações particularmente esclarecedoras das etapas diferenciadas de formação do *habitus* institucional, da combinação da trajetória individual com a carreira institucional, e da experiência da discriminação – todas questões que dizem respeito às classes subalternas em geral e preocupações centrais nesse esforço de pesquisa coletiva.

5 APLICAÇÕES NO BRASIL

Inspirados pelo programa de pesquisa Loci, uma rede de pesquisadores brasileiros – envolvendo instituições como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – assumiu o desafio de investigar a relação entre membros de grupos desfavorecidos e as instituições provedoras de serviços públicos, considerando o contexto recente de ampliação da pobreza e retração das ofertas de bens e serviços públicos, acentuadas pela pandemia de covid-19. Trata-se de buscar compreender melhor as dificuldades enfrentadas pelas instituições na atenção e na inclusão de grupos vulnerabilizados, assim como os efeitos dessas dificuldades nas experiências das pessoas que necessitam dos serviços.

Assumindo a abordagem centrada nas pessoas e na perspectiva delas sobre interações com as instituições, definiu-se a etnografia como método central dos esforços de pesquisa. A condução do projeto no Brasil se baseia em pesquisas de campo de base qualitativa em três cidades: Brasília (Distrito Federal), João Pessoa (Paraíba) e São Paulo (São Paulo). Seguindo o princípio da unidade de espaço, em cada cidade foram delimitados territórios – um bairro, setor ou área reconhecida – que estabilizam e dão concretude ao contexto no qual as pessoas experimentam o Estado e suas instituições no cotidiano. A pesquisa nesses territórios envolveu extensiva observação *in loco* e entrevistas em profundidade, permitindo tanto a visualização de situações de interação com as instituições quanto o acesso a relatos de encontros e relações estabelecidas com instituições no passado, ao longo da trajetória de vida dos interlocutores. Esta metodologia permite a expressão dos pontos de vista dos interlocutores, sem impor questões e formas de pensar que lhes sejam estranhas, começando pelas suas histórias de vida, trajetórias e percursos, chegando, em seguida, de maneira mais espontânea, às instituições que lhes foram importantes, seja positiva ou negativamente.

Este dossiê incorpora mais três artigos neste boletim⁶ referentes às pesquisas conduzidas em cada localidade. Cada um desses artigos detalha os contextos específicos, as estratégias metodológicas adotadas e os achados preliminares que têm emergido da pesquisa Loci no Brasil. Esperamos que esse tipo de conhecimento possa ser útil para reflexões, debates e desenvolvimento de medidas que estendam e aprimorem a qualidade do acesso a serviços públicos por parte de grupos sociais historicamente vulnerabilizados.

REFERÊNCIAS

ALLARD, S. W. **Out of reach**: place, poverty, and the new American welfare state. New Haven: Yale University Press, 2009.

ARMINGEON, K.; SCHÄDEL, L. Social inequality in political participation: the dark sides of individualisation. **West European Politics**, v. 38, n. 1, p. 1-27, 2015.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**: a treatise in the sociology of knowledge. New York: Anchor Books, 1990.

BIEHL, J.; PETRYNA, A. **When people come first**: critical studies in global health. Princeton: Princeton University Press, 2013.

BOURDIEU, P. **The logic of practice**. Standford: Stanford University Press, 1990.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DOUGLAS, M. **How institutions think**. Syracuse: Syracuse University Press, 1986.

DUBOIS, V. Towards a critical policy ethnography: lessons from fieldwork on welfare control in France. **Critical Policy Studies**, v. 3, n. 2, p. 221-239, 2009.

_____. **The bureaucrat and the poor**: encounters in French welfare offices. Aldershot: Ashgate, 2010.

_____. The economic vulgate of welfare reform: elements for a socioanthropological critique. **Current Anthropology**, v. 55, n. S9, p. 138-146, 2014.

_____. Critical policy ethnography. In: FISCHER, F. *et al.* (Ed.). **Handbook of critical policy studies**. Cheltenham-Northampton: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 462-480.

_____. Políticas no guichê, políticas do guichê. In: PIRES, R. (Org.). **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019. p. 105-125.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. 9. ed. Barcarena: Editorial Presença, 2004.

6. São eles: *Processos de intermediação no acesso a serviços públicos: percursos e experiências das pessoas em situação de rua; O que é o Estado para os pobres? Instituições públicas na perspectiva de moradoras de um bairro de baixa renda; e Território e violência: o vínculo nas políticas públicas da "Cracolândia" de São Paulo.*

ERVIK, R.; KILDAL, N.; NILSSEN, E. **New contractualism in European welfare state policies**. London: Taylor and Francis, 2016.

FASSIN, D. Compassion and repression: the moral economy of immigration policies in France. **Cultural Anthropology**, v. 20, n. 3, p. 362-387, 2005.

_____. (Ed.). **At the heart of the state: the moral world of institutions**. London: Pluto Press, 2015.

GALLIE, D.; PAUGAM, S. (Ed.). **Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GOFFMAN, E. **Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates**. Garden City: Anchor Books, 1961.

GRIGNON, C.; PASSERON, J.-C. **Le savant et le populaire: misérabilisme et populisme en sociologie et en littérature**. Paris: Éditions du Seuil, 2015.

HALLETT, T.; VENTRESCA, M. J. Inhabited institutions: social interactions and organizational forms in Gouldner's "patterns of industrial bureaucracy". **Theory and Society**, v. 35, n. 2, p. 213-236, 2006.

HAYS, S. **Flat broke with children: women in the age of welfare reform**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

HOGGART, R. **The uses of literacy: aspects of workingclass life, with special references to publications and entertainments**. London: Chatto; Windus, 1957.

HUGRÉE, C.; PENISSAT, E.; SPIRE, A. **Les classes sociales en Europe: tableau des nouvelles inégalités sur le vieux continent**. Marseille: Agone, 2017.

HUPE, P. **Research handbook on street-level bureaucracy: the ground floor of government in context**. Northampton: Edward Elgar Pub, 2019.

IMMERFALL, S.; THERBORN, G. (Ed.). **Handbook of European societies: social transformations in the 21st century**. New York: Springer, 2010.

KONING, A. **Reproducing Europe: migrant families, professionals and the welfare state**. Leiden: Leiden University, 2018. (Research Project).

LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. (Ed.). **Sociologie de l'institution**. Paris: Belin, 2011.

LAMONT, M. **The dignity of working men: morality and the boundaries of race, class, and immigration**. New York: Russell Sage Foundation, 2000.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services**. New York: Russell Sage Foundation, 1980.

METTLER, S.; SOSS, J. The consequences of public policy for democratic citizenship: bridging policy studies and mass politics. **Perspectives on Politics**, v. 2, n. 1, p. 55-73, 2004.

MORGEN, S.; MASKOVSKY, J. The anthropology of welfare 'reform'. **Annual Review of Anthropology**, v. 32, p. 315-338, 2003.

NORRIS, P. **Radical right: voters and parties in the electoral market**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

- ORLOFF, A. Gender in the welfare state. **Annual Review of Sociology**, v. 22, n. 1, p. 51-78, 1996.
- PHILLIPS, C. Institutional racism and ethnic inequalities: an expanded multilevel framework. **Journal of Social Policy**, v. 40, n. 1, p. 173-192, 2011.
- POLLITT, C. **New perspectives on public services: place and technology**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2012.
- POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. (Ed.). **Neoliberalism: a critical reader**. London: Ann Arbor; Pluto Press, 2005.
- SCOTT, J. C. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. New Haven: Yale University Press, 1990.
- SERRE, D. Class and gender relations in the welfare state: the contradictory dictates of the norm of female autonomy. **Social Sciences**, v. 6, n. 2, p. 1-10, 2017.
- SIBLOT, Y. **Faire valoir ses droits au quotidien: les services publics dans les quartiers populaires**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 2006.
- SKOCPOL, T.; EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D. **Bringing the state back in**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SUGITA, K.; KASE, K. (Ed.). **The unemployed and unemployment in an international perspective comparative studies of Japan, France and Brazil**. Tokyo: Institute of Social Science/University of Tokyo, 2006.
- TILLY, C. Domination, resistance, compliance... discourse. **Sociological Forum**, v. 6, n. 3, p. 593-602, 1991.
- WACQUANT, L. J. D. **Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity**. Durham: Duke University Press, 2009.
- WARF, B. Spatial turn. In: TURNER, B. (Ed.). **The Wiley-Blackwell encyclopedia of social theory**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2017. p. 1-3.
- WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 2000.
-